

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS  
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA  
EXPORTAÇÃO**

**Memorando de pesquisa:**

**Arábia Saudita**

**Sumário**

Introdução.....	2
1. Regras e condições gerais do regime no país, com indicação da legislação básica.....	4
2. Indicação dos serviços abrangidos pelo regime, abordando eventuais restrições e exceções	8
3. Indicação dos possíveis beneficiários do regime, abordando eventuais restrições e exceções	9
4. Forma como a empresa interessada deve requerer o benefício.....	9
5. Modo como se dá a análise e a concessão do regime pela autoridade competente.....	9
6. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos).....	10
7. Tributos abrangidos pelo benefício.....	10
8. Documentos físicos ou eletrônicos utilizados para comprovar a operação.....	11
9. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais.....	12
10. Dados estatísticos sobre a utilização do regime naquele país, se estiverem disponíveis ..	12
11. Informações sobre a aceitação internacional do regime .....	12
Referências consultadas.....	13

## Introdução

A Arábia Saudita possui três regimes principais que desoneram a industrialização para exportação:

- (i) um regime direcionado à produção industrial que pode isentar os impostos e encargos aduaneiros de determinados projetos industriais na importação de máquinas, equipamentos, peças, matérias-primas, materiais semimanufaturados e materiais de embalagem necessários para a produção industrial imediata (este regime será identificado como “regime industrial”). Não há previsão expressa da inclusão de serviços neste regime;
- (ii) um regime de *bonded zones* e *bonded warehouses* no qual é possível a importação de bens com suspensão de impostos e encargos aduaneiros e do imposto sobre valor agregado (“IVA”) até o momento da reexportação ou entrada em território saudita, onde é possível a realização de ‘atividades de manufatura leves’ (este regime será identificado como “*bonded zones* e *bonded warehouses*”). Não há previsão expressa da inclusão de serviços neste regime;
- (iii) um regime de *drawback*, com *suspensão* do pagamento de impostos e encargos aduaneiros, que opera por meio da admissão temporária de bens para finalização ou processamento, contanto que haja posterior reexportação. Apesar do regime mencionar a *suspensão* dos impostos e encargos aduaneiros, é exigido pagamento em garantia destes, que é *restituído* na reexportação. Este regime é aplicável (i) aos bens importados para finalização ou processamento por meio da suspensão de impostos e encargos aduaneiros e do imposto sobre valor agregado (“IVA”), com a apresentação de garantia, posteriormente restituída, e; (ii) aos serviços adicionados aos bens exportados (e, portanto, finalizados ou processados) por meio da aplicação de tarifa zero do IVA; (este regime será identificado como “regime de *drawback*”).

Os temas abordados neste relatório focam no regime identificado ao item “iii”, dado que o objeto do estudo é principalmente atingido por este regime. Para os regimes identificados nos itens “i” e “ii” fornecemos informações gerais na seção 1 (Regras e condições Gerais do Regime no país).

É importante notar que a Arábia Saudita é parte do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (“CCG”), organização de integração política e econômica que inclui também Omã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein e Kuwait.<sup>1</sup> O CCG possui um mercado comum cuja aduana é regulamentada pela Lei Aduaneira Comum do CCG (*Common Customs Law of the GCC States*) e cuja política industrial é orientada pela Lei Reguladora Industrial Comum dos Países do CCG (*Common Industrial Regulatory Law of the Cooperation Council for the Arab States of the Gulf*).

Ambos instrumentos legais supramencionados serão importantes para esclarecermos os regimes identificados, sendo também aplicáveis aos demais países membros do CCG. Diante disso, apesar dos demais países membros do CCG não constarem na lista específica objeto deste estudo, os regimes descritos nos itens “i” e “iii” se aplicam igualmente a eles,<sup>2</sup> exceto pelas possíveis especificidades locais que, à parte da Arábia Saudita, não são objeto deste memorando.

Ademais, no decorrer da pesquisa, constatou-se adicionalmente que a legislação do GCC estipula hipóteses de tarifa zero do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para o fornecimento de serviços que podem ser insumos para bens exportados ou relacionados à exportação de bens. O presente memorando inclui os achados da Equipe Técnica referentes à relação entre serviços e exportações de bens no âmbito da legislação do IVA do CCG.

---

<sup>1</sup> Acordo de Unificação Econômica entre os Países do Conselho de Cooperação do Golfo (*The Unified Agreement Between the Countries of the Gulf Cooperation Council*).

<sup>2</sup> Apesar da Lei Aduaneira Comum do GCC prever a existência de zonas livres e armazéns alfandegados, a competência para estabelecer as particularidades de cada regime resta a cada país membro. O regime identificado ao item “ii”, assim, é particular à Arábia Saudita.

## **1. Regras e condições gerais do regime no país, com indicação da legislação básica**

### **i. Regime Industrial**

A Lei Reguladora Industrial Comum dos Países do CCG estabelece como projetos prioritários industriais, dentre outros, aqueles que produzam bens destinados à exportação.<sup>3</sup> No âmbito da legislação, projetos industriais que sejam estabelecidos como prioritários poderão ter, a partir de uma autorização do Ministro da Indústria ou seu representante correspondente, (i) parcial ou total isenção dos tributos e encargos aduaneiros nas importações do projeto; (ii) parcial ou total isenção de todos tributos, incluindo imposto de renda; (iii) isenção de tributos e encargos nas exportações.<sup>4</sup> Na prática, o benefício é concedido caso não haja suprimento local dos insumos importados ou, ao menos, que estes não estejam disponíveis nas especificações desejadas.<sup>5</sup>

É importante notar que estas isenções não são apenas concedidas a empresas exportadoras, mas também àquelas que produzam bens de consumo que substituam ou compitam com bens importados; indústrias que se baseiem na exploração e desenvolvimento de recursos naturais; projetos estabelecidos em áreas de desenvolvimento criadas pelos governos; projetos determinados pelos governos como de especial importância; projetos que protejam o meio ambiente; projetos que desenvolvam e nacionalizem tecnologias; e, indústrias que contribuam para a integração da indústria do CCG.<sup>6</sup>

Há, assim, grande margem para que uma empresa, mesmo que não seja exportadora, importe seus insumos de forma isenta para produção. Os Controles para Isenção de Impostos Alfandegários de Insumos da Indústria nos Países Membros do CCG (*Amended Controls for Exemption of Industry Inputs from Customs Taxes “Duties” in GCC Member States*, doravante “Controles”) ressaltam a decisão dos estados do CCG em “isentar os

---

<sup>3</sup>Lei Reguladora Industrial Comum dos Países do CCG, artigo 16, item 2.

<sup>4</sup>Lei Reguladora Industrial Comum dos Países do CCG, artigo 17.

<sup>5</sup> Invest Saudi Arabia, Customs Duty Exemptions.

<sup>6</sup> Lei Reguladora Industrial Comum dos Países do CCG, artigo 16.

insumos da indústria nacional de tarifas aduaneiras”. Apesar disto, não há previsão expressa da inclusão de serviços neste regime.

A isenção abrange máquinas, equipamentos, peças, matérias-primas, materiais semimanufaturados e materiais de embalagem necessários para a produção industrial imediata. A isenção é válida enquanto a planta produtiva que recebeu a isenção estiver operante. As condições para obtenção da isenção estão previstas no item III dos "Controles" e incluem apenas: (i) obtenção e licença industrial; e, (ii) pedido de isenção aduaneira.<sup>7</sup> O pedido inclui informações sobre a empresa, os produtos que serão importados e suas quantidades e é analisado pelo Ministro competente de cada país.<sup>8</sup> Industriais importadores devem preencher formulários que registram os produtos que foram importados sob o regime e submeter às autoridades, anualmente, os respectivos balanços para aprovação.

ii. Regime de *bonded zones* e *bonded warehouses*

A Lei Aduaneira Comum do CCG prevê a existência de zonas livres e armazéns alfandegados como hipótese na qual é admitida a importação de bens com suspensão dos impostos e encargos aduaneiros.<sup>9</sup> Apesar disto, a competência para estabelecer as particularidades de cada regime é de cada país membro.

O regime de *bonded zones* e *bonded warehouses* da Arábia Saudita está previsto nos Termos e Condições para o Estabelecimento e Operação de Zonas Alfandegadas e Armazéns Alfandegados ("*Terms and Conditions for Establishing and Operating Bonded Zones and Bonded Warehouses*"). Nestas áreas é permitido ao importador importar bens com suspensão de impostos e encargos aduaneiros e do imposto sobre valor agregado ("IVA") até o momento da reexportação ou entrada em território saudita. Apesar disto, não há previsão expressa da inclusão de serviços neste regime.

A possível relevância deste regime para o estudo reside na possibilidade de execução, dentro das zonas e armazéns, das "atividades de manufatura leves". Dentre estas

<sup>7</sup> Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 67.

<sup>8</sup> Controles, Item IV.

<sup>9</sup> Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 67.

atividades, estão incluídas: desmontagem, montagem, lavagem, gravação, teste, projeto, design, torneamento, mistura e quaisquer outras atividades secundárias de fabricação.<sup>10</sup> A condição para que estas atividades possam ser realizadas é de que o bem sujeito às atividades não tenha sua classificação fiscal em código do sistema harmonizado (HS) alterada pelo procedimento. Os bens podem ser reexportados após a realização destas atividades.

### iii. Regime de drawback

A Lei Aduaneira Comum do CCG prevê hipóteses de *suspensão* do pagamento de impostos e encargos aduaneiros por meio de um sistema de *drawback*. O sistema de *drawback* funciona por meio de um regime de *admissão temporária*,<sup>11</sup> pelo qual produtos são admitidos sob compromisso de serem reexportados, depositados em zonas-livres, entrepostos ou armazéns aduaneiros.

O regime de admissão temporária permite a importação de bens estrangeiros para '*finalização ou processamento*'<sup>12</sup> com a suspensão da tarifa de importação e posterior reexportação. Outros bens que podem ser importados por meio do regime de *admissão temporária* são: máquinas e equipamentos pesados para a conclusão de projetos; itens temporariamente importados para playgrounds, teatros, exposições e eventos; máquinas e equipamentos importados para reparo; recipientes e embalagens importados para recarga; animais admitidos para pastagem; amostras comerciais para exposição; ou outros casos conforme solicitado.<sup>13</sup>

O Capítulo II das Regras de Implementação da Lei Aduaneira Comum do CCG (*Rules of Implementation of the GCC Common Customs Law*) estabelece as regras para aplicação do regime de admissão temporária. Na hipótese de importação de bens para '*finalização ou processamento*', a legislação prevê um prazo máximo de um ano para o regime.<sup>14</sup> A suspensão da tarifa de importação pode ser condicionada à apresentação de garantia

<sup>10</sup> Item G, Termos e Condições para o Estabelecimento e Operação de Zonas Alfandegadas e Armazéns Alfandegados.

<sup>11</sup> Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 89.

<sup>12</sup> Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 90.

<sup>13</sup> Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 90.

<sup>14</sup> Regras de Implementação da Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 6.

bancária ou valor equivalente em dinheiro, a critério do Diretor Geral da Aduana.<sup>15</sup> Nesta hipótese, os valores depositados como garantia serão restituídos quando da reexportação dos bens.<sup>16</sup> Na prática, o sistema de *drawback* funciona pelo fornecimento de garantia e restituição dos valores na reexportação.<sup>17</sup>

Os serviços adicionados aos bens processados e reexportados se inserem no regime por meio da legislação do IVA, como explicamos a seguir. Os países do CCG recentemente negociaram e concluíram o Acordo Comum do IVA dos Países do Conselho de Cooperação do Golfo (*Common VAT Agreement of the States of the Gulf Cooperation Council (GCC)*), que estabelece as principais regras da aplicação do IVA de forma uniforme entre os países.

O Acordo prevê a tarifa zero do IVA para a reexportação de bens móveis que tenham sido temporariamente importados ao território de um país membro do CCG para reparo, recondicionamento, conversão ou *processamento*, sendo também aplicável a tarifa zero para os serviços adicionados a estes bens.<sup>18</sup> Como notamos anteriormente, a Lei Aduaneira Comum do CCG prevê a hipótese de importação para finalização e processamento com suspensão dos impostos e encargos aduaneiros. Após processamento, e com a exportação dos bens, assim, os serviços adicionados terão alíquota zero de IVA. O texto específico do Acordo é o seguinte:

*“The following supplies shall be subject to the zero-rate: ... c) re-export of movable goods that have been temporarily imported into the GCC Territory for repairs, refurbishment, conversion or processing as well as the Services added to these Goods.”<sup>19</sup>*

Não foram encontradas na legislação do GCC e na legislação saudita regras ou procedimentos para a aplicação da alíquota zero aos serviços adicionados aos bens reexportados. Tampouco foram identificados outros documentos que pudessem indicar as regras que importadores devem observar para beneficiar-se da alíquota.

<sup>15</sup> Regras de Implementação da Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 2(b).

<sup>16</sup> Regras de Implementação da Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 16.

<sup>17</sup> *Duty Drawback for Export*, página 30, The Gateway to Saudi Arabia, Industrial Investors Guide.

<sup>18</sup> Acordo Comum do IVA dos Países do Conselho de Cooperação do Golfo, artigo 34(b).

<sup>19</sup> Idem.

Em relação aos insumos importados, o artigo 39 do Acordo Comum do IVA prevê a suspensão da cobrança do tributo para todos os bens que sejam colocados em um regime aduaneiro de *suspensão de impostos*. Isto é, o IVA ficará suspenso tal qual o imposto de importação durante o período de processamento dos bens e tornar-se-á sujeito a tarifa zero com a reexportação. Da mesma forma, o importador deverá fornecer cobertura de seguro para o valor do IVA suspenso.<sup>20</sup>

Note-se que, fora do regime, a agregação de um serviço (importado ou não) ao bem teria a alíquota normal do IVA aplicada.

Conforme adiantado acima, nos tópicos a seguir a abordagem focará o “regime de drawback”, cuja abrangência estende-se aos serviços.

## **2. Indicação dos serviços abrangidos pelo regime, abordando eventuais restrições e exceções**

Os serviços abrangidos pelo regime de drawback são definidos como aqueles “adicionados aos bens”<sup>21</sup>. Para efeitos desta definição, “bens” são as reexportações de bens móveis que haviam sido temporariamente importados no território do CCG para reparo, recondicionamento, conversão ou processamento. O Acordo Comum do IVA define o fornecimento de serviços (“*Supply of Services*”) como qualquer fornecimento que não se constitua em um fornecimento de bens (“*any supply that does not constitute a Supply of Goods*”). Não há maior detalhamento sobre serviços específicos sujeitos ao regime ou excluídos deste. Diante da ausência de definição de serviços elegíveis, pode-se concluir que o regime não exclui qualquer serviço, desde que adicionado aos bens temporariamente importados.

---

<sup>20</sup> Value Added Tax Law, artigo 16.2

<sup>21</sup> Regras de Implementação da Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 34.



### **3. Indicação dos possíveis beneficiários do regime, abordando eventuais restrições e exceções**

São beneficiários os importadores que desejem importar produtos sob o regime de admissão temporária para finalização ou processamento. Não foram encontradas restrições ou exceções na legislação consultada.

### **4. Forma como a empresa interessada deve requerer o benefício**

O importador deve registrar a Declaração de Importação e solicitar o enquadramento no regime de admissão temporária, informando a autoridade aduaneira que os bens serão utilizados para processamento.<sup>22</sup> A aplicação do regime será completada com o fornecimento de garantia bancária ou pagamento em moeda.<sup>23</sup> Este procedimento é aplicável tanto em relação aos impostos e encargos aduaneiros quanto ao IVA devido na importação – nesse sentido, o procedimento de requisição do regime e a suspensão dos tributos são processados diretamente pela autoridade aduaneira.<sup>24</sup>

### **5. Modo como se dá a análise e a concessão do regime pela autoridade competente**

Nos termos do Artigo 16 das Regras de Implementação da Lei Aduaneira Comum do CCG, as autoridades aduaneiras nacionais verificarão o atendimento de diversas condições para a concessão do regime e restituição dos tributos e encargos. Os principais procedimentos a serem observados são:

- i) o reexportador deve ser a mesma pessoa que importou os bens em regime de admissão temporária ou, então, qualquer parte que demonstre que tenha comprado tais bens;
- ii) o valor dos bens reexportados deve observar um valor mínimo de USD 5.000;

---

<sup>22</sup> Invest Saudi Arabia, Customs Duty Drawback.

<sup>23</sup> Regras de Implementação da Lei Aduaneira Comum do GCC, Capítulo II.

<sup>24</sup> VAT Imports and Exports Guidelines.

- iii) os bens devem ser reexportados em no máximo um ano da data do pagamento da garantia, e a restituição pode ser solicitada até seis meses após sua reexportação;
- iv) os bens devem ser reexportados em uma única remessa para facilidade de sua identificação. Esta remessa única pode ser dividida em envios separados caso seja provado que estes compõem uma única remessa;
- v) os impostos e encargos aduaneiros serão restituídos após a reexportação dos bens e após a verificação da documentação requerida para reexportação (que detalhamos no item 8).

## **6. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)**

Em relação aos bens importados para finalização ou processamento, a regulamentação menciona que ocorre a *suspensão* dos impostos e encargos aduaneiros e ao IVA. Tal suspensão, entretanto, é condicionada ao pagamento dos impostos e encargos aduaneiros e do IVA em garantia, que é então *restituído* no momento da reexportação dos produtos.

Em relação aos serviços adicionados aos bens reexportados (e, portanto, finalizados ou processados), aplica-se a tarifa zero do IVA, o que se assemelha a um regime de *isenção* de tributo.

## **7. Tributos abrangidos pelo benefício**

Em relação aos bens importados para finalização ou processamento, o benefício opera por meio da restituição das garantias pagas pelos seguintes tributos suspensos na importação: (i) impostos e encargos aduaneiros; (ii) IVA.

Em relação aos serviços adicionados aos bens reexportados, o benefício opera por meio da tarifa zero do IVA.

Neste ponto, é importante também apontar que certos serviços relacionados ao comércio internacional estão sujeitos à taxa zero do IVA: (i) transporte de bens entre os países do CCG; (ii) transporte internacional de bens entre países do CCG e demais países, tal qual o fornecimento de serviços relacionados ao transporte.<sup>25</sup> Assim, apesar destes serviços não se relacionarem com os regimes aqui analisados, a ‘isenção’ aplicada a eles opera da mesma forma na desoneração das exportações sauditas.

## **8. Documentos físicos ou eletrônicos utilizados para comprovar a operação**

Em relação aos impostos e encargos aduaneiros, deve ser preenchida Declaração de Reexportação, que precisa conter todos os elementos distintivos do bem exportado, conforme critérios definidos pelo Diretor Geral das Aduanas. O número da Declaração de Importação pelo qual os bens foram admitidos no CCG deve ser afixado na Declaração de Reexportação para conferência.<sup>26</sup>

A apresentação da Declaração de Reexportação é essencial para que o processo seja concluído e as garantias pagas na importação temporária dos bens seja liberada. Para tal, é necessário submeter uma das seguintes evidências: (i) cópia da Declaração de Reexportação vedada e assinada pelo representante do escritório aduaneiro responsável pela exportação, demonstrando que os bens saíram do país ou entraram em zona livre; (ii) um certificado de descarga aprovado pelas autoridades competentes do país de destino, certificando que as mercadorias reexportadas foram importadas para ele.<sup>27</sup>

A legislação do IVA, entretanto, não contempla procedimento específico para comprovação das reexportações, aplicando-se a regra geral para exportações.<sup>28</sup> Os Regulamentos de Implementação do IVA<sup>29</sup> estabelecem a documentação mínima que deve ser apresentada à Autoridade Geral de Zakat e Tributos (*General Authority of Zakat and Tax*) para efeitos de comprovação das exportações: (i) documentação de exportação

<sup>25</sup> Acordo Comum do IVA dos Países do Conselho de Cooperação do Golfo, artigo 34, Value Added Tax – Implementing Regulations, Saudi Arabia

<sup>26</sup> Regras de Implementação da Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 15.

<sup>27</sup> Regras de Implementação da Lei Aduaneira Comum do CCG, artigo 18.

<sup>28</sup> *VAT Imports and Exports Guidelines*, item 7.7.2

<sup>29</sup> *VAT Implementing Regulations*, artigo 32.

expedida pela autoridade aduaneira competente demonstrando que os bens foram efetivamente despachados para exportação; (ii) documentação comercial identificando o consumidor e o local de entrega dos bens; (iii) documentação de transporte demonstrando a entrega dos bens em local fora do território do CCG.

Os Regulamentos de Implementação do IVA estabelecem a mesma carga probatória para reexportações de bens móveis que tenham sido temporariamente importados para renovação, modificação, reparo ou processamento.<sup>30</sup> A determinação da aplicação do regime de taxa zero, entretanto, é condicionada a apresentação de “evidências suficientes” que demonstrem o cumprimento do regime<sup>31</sup>.

#### **9. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais**

Não foram encontrados estudos sobre o percentual das exportações da Arábia Saudita amparadas pelos regimes identificados.<sup>32</sup>

#### **10. Dados estatísticos sobre a utilização do regime naquele país, se estiverem disponíveis**

Não foram encontrados dados estatísticos sobre a utilização dos regimes identificados na Arábia Saudita.

#### **11. Informações sobre a aceitação internacional do regime**

Não foram encontrados pedidos de consulta relacionados ao regime na base de controvérsias da OMC.

---

<sup>30</sup>VAT *Implementing Regulations*, artigo 32.6

<sup>31</sup> VAT *Implementing Regulations*, artigo 32.7.

<sup>32</sup> Em resposta a questionário enviado para o propósito das pesquisas, a representação do governo da Arábia Saudita fez referência a um estudo indicando que, em 2019, as reexportações representaram 3,7% do total exportado pelo país. Porém, a definição de reexportações do estudo referido é de produtos importados e reexportados sem modificação clara nos produtos. General Authority for Statistics, Merchandise Exports and Imports of the Kingdom of Saudi Arabia, pp. 3 e 14.

## 12. Conclusão

Segundo o *Trade Policy Review* da Arábia Saudita realizado em 2016, o país não contava com um regime de drawback e nem com um sistema de IVA.<sup>33</sup> Considerando que a pesquisa encontrou referências expressas do governo saudita ao regime de drawback e que a legislação do CCG no que se refere ao IVA (que exonera de tributação os serviços no âmbito do drawback) é de 2016 e a legislação saudita do IVA é de 2018, conclui-se que o sistema saudita passou por transformação recente.

Considerando que a diversificação da economia e aumento das exportações de produtos não petrolíferos é objetivo estratégico da Arábia Saudita, considerando, ainda, o fato de que o regime saudita é recente e exonera serviços adicionados a bens exportados de tributação, entende-se que o modelo saudita apresenta elementos importantes para o estudo de um possível regime de “drawback de serviços” brasileiro.

## Referências consultadas

ARÁBIA SAUDITA, *The Gateway to Saudi Arabia, Industrial Investors Guide*, disponível em <http://www.infomercatiesteri.it/public/images/paesi/99/files/NICDP%20%20INVESTOR%20GUIDE.pdf>, acesso em 4 de junho de 2020.

ARÁBIA SAUDITA, General Authority for Statistics, Merchandise Exports and Imports of the Kingdom of Saudi Arabia, December 2019, disponível em [https://www.stats.gov.sa/sites/default/files/merchandise\\_exports\\_and\\_imports\\_of\\_the\\_kingdom\\_of\\_saudi\\_arabia\\_dec\\_2019\\_en.pdf](https://www.stats.gov.sa/sites/default/files/merchandise_exports_and_imports_of_the_kingdom_of_saudi_arabia_dec_2019_en.pdf), acesso em 24 de junho de 2020.

ARÁBIA SAUDITA, Invest Saudi Arabia, Customs Duty Drawback, disponível em <https://investsaudi.sa/>, acesso em 5 de junho de 2020.

---

<sup>33</sup> OMC, 2016:37.

ARÁBIA SAUDITA, *Value Added Tax Law*, disponível em <https://gabt.gov.sa/en/RulesRegulations/Taxes/Pages/VATLaw.aspx>, acesso em 04 de junho de 2020.

ARÁBIA SAUDITA, *VAT Implementing Regulation*, disponível em <https://gabt.gov.sa/en/RulesRegulations/Taxes/Pages/VATImplementingRegulations.aspx>, acesso em 4 de junho de 2020.

ARÁBIA SAUDITA, *VAT Imports and Exports Guideline*, March 2019, disponível em [https://gabt.gov.sa/en/HelpCenter/guidelines/Documents/VAT\\_import\\_Export\\_Guideline\\_English\\_Rev3\\_0.pdf](https://gabt.gov.sa/en/HelpCenter/guidelines/Documents/VAT_import_Export_Guideline_English_Rev3_0.pdf), acesso em 4 de junho de 2020.

ARÁBIA SAUDITA, *Terms and Conditions for Establishing and Operating Bonded Zones and Bonded Warehouses*, disponível em <https://www.customs.gov.sa/en/bondedzones>, acesso em 4 de junho de 2020.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO DOS ESTADOS ÁRABES DO GOLFO, *Amended Controls for Exemption of Industry Inputs from Customs Taxes "Duties" in GCC Member States*, disponível em <https://www.customs.gov.sa/themes/custom/customs/files/agreements/industry/en.pdf>, acesso em 4 de junho de 2020.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO DOS ESTADOS ÁRABES DO GOLFO, *Common Customs Law of the GCC States*, disponível em [https://www.customs.gov.sa/themes/custom/customs/files/agreements/customs\\_law/en.pdf](https://www.customs.gov.sa/themes/custom/customs/files/agreements/customs_law/en.pdf), acesso em 4 de junho de 2020.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO DOS ESTADOS ÁRABES DO GOLFO, *Common Industrial Regulatory Law of the Cooperation Council for the Arab States of the Gulf*, disponível em <https://www.gcc-sg.org/en-us/CognitiveSources/DigitalLibrary/Lists/DigitalLibrary/Industry/1274527895.pdf>, acesso em 4 de junho de 2020.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO DOS ESTADOS ÁRABES DO GOLFO, *Common VAT Agreement of the States of the Gulf Cooperation Council (GCC)*, disponível em <https://gazt.gov.sa/en/RulesRegulations/Taxes/Pages/VATUnifiedAgreement.aspx>, acesso em 4 de junho de 2020.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO DOS ESTADOS ÁRABES DO GOLFO, *Rules of Implementation of the GCC Common Customs Law*, disponível em [https://www.customs.gov.sa/themes/custom/customs/files/agreements/customs\\_law/en.pdf](https://www.customs.gov.sa/themes/custom/customs/files/agreements/customs_law/en.pdf), acesso em 4 de junho de 2020.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO DOS ESTADOS ÁRABES DO GOLFO, *The Unified Agreement Between the Countries of the Gulf Cooperation Council*, disponível em <https://www.gcc-sg.org/en-us/CooperationAndAchievements/Achievements/EconomicCooperation/JointActionProcess/Pages/TheUnifiedEconomicAgreement198.aspx>, acesso em 4 de junho de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Trade Policy Review, The Kingdom of Saudi Arabia, Report by the Secretariat, 29 de fevereiro de 2019, WT/TPR/S/333.